Companhia possui algumas partes relacionadas, conforme CPC 05, nas quais não efetuou transações no decorrer do exercício de 2008, abaixo qualificadas: * Cia. Geração de Energia Elétrica Paranapanema. * Elektro Eletricidade e Serviços S/A. * União Participações Ltda. **14) Provisão para contingências** - A Cia. é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, conforme segue:

Discriminação	Provisão Conting.	Depósito Judicial	Líquido
Trabalhista – 2008	1.081	574	507
Trabalhista – 2007	767	(653)	114

i.) Ações Trabalhistas: Referem-se a diversas ações trabalhistas, no montante de R$ 3.670 (R$ 3.591 em 2007). Desse montante, a Companhia mantém depositado judicialmente o valor de R$ 574 (R$ 653 em 2007), que em 31.12.2008 foi apresentado líquido da provisão para contingência a que se referiam, no montante de R$ 260 (R$ 115 em 2007). Esta classificação foi adotada em virtude de não haver a possibilidade de resgate do depósito, a menos que ocorra desfecho favorável da questão, substancialmente representados por verbas rescisórias, horas extras, diferenças salariais, férias, FGTS e aviso prévio. Baseada na opinião dos consultores jurídicos, a Administração da Companhia decidiu por constituir provisão para as ações avaliadas como de perda provável, no montante de R$ 1.081 (R$ 767 em 2007). Existem outras reclamações trabalhistas avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível ou remoto sem mensuração com suficiente segurança, no montante de R$ 817 (R$ 3.028 em 2007) para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. **ii.) Ações Cíveis:** A Companhia é parte em ações de natureza cível, que de acordo com a classificação dos assessores jurídicos são classificadas como perda possível. Referem-se a ações junto ao Ministério Público do Trabalho no montante de R$ 1.250 (R$ 1.250 em 2007) e junto ao IBAMA no valor de R$ 153.184 (R$ 153.184 em 2007). Em função do estágio em que se encontram, e segundo a opinião dos assessores jurídicos da Companhia, o desfecho final dessas ações não pode ser determinado no momento e, portanto, nenhuma provisão para perda foi contabilizada nas demonstrações financeiras.

15) Patrimônio Líquido – ***a) Capital social:*** Em 31.12.08, o capital subscrito e integralizado, era representado por:

Acionista	Quantidade de Ações						
	ON	%	PNA	PNB	PNC	Total	%
Aço Cearense Industrial Ltda.	103.254.232	99,61	10	-	730.000	103.984.342	96,60
José Vilmar Ferreira	2.000	0,01	-	-	-	2.000	-
Rubens dos Santos Outros	-	-	172.019	-	-	172.019	0,16
Outros	4	-	288.753	-	-	288.757	0,27
Ações em tesouraria	-	-	200.656	-	-	200.656	0,19
Cia. Geração de Energ. Elét. Paranapanema	-	-	-	357.769	-	357.769	0,33
Elektro Eletricidade e Serviços S.A.	-	-	-	727.016	-	727.016	0,67
Luiz Gonzaga de Souza	-	-	-	-	470.000	470.000	0,43
União Participações Ltda	398.371	0,38	-	1.050.812	-	1.449.183	1,35
TOTAL	103.654.607	100,0	661.438	2.135.597	1.200.000	107.651.642	100,0

ON - Ações ordinárias nominativas; PNA - Ações preferenciais nominativas classe "A"; PNB - Ações preferenciais nominativas classe "B"; PNC - Ações preferenciais nominativas classe "C"

As ações preferenciais classe "A" não têm direito a voto, e destinam-se, no primeiro momento, à subscrição e integralização com incentivos fiscais administrados pelo Ministério da Integração Nacional, na forma do Decreto-Lei nº 1.376/74, ficando-lhes assegurado os seguintes direitos e restrições: a) prioridade no reembolso de capital, pelos mesmos valores que forem reembolsados as ações ordinárias em caso de liquidação da Companhia; b) participação integral nos resultados sociais, na forma do estatuto social; c) participação na capitalização de quaisquer reservas, em igualdade de condições com as de outras classes além das ordinárias; e d) inalienabilidade, pelo prazo de 4 anos, a contar da data de sua conversão ou permuta, nos termos do art. 19 do Decreto-Lei nº 1.376/74. As ações preferenciais classe "B" tem direito a voto, e destinam-se à subscrição por fundadores e/ou investidores portadores de opções para aplicação de recursos de incentivos fiscais. As ações preferências classe "C" não têm direito a voto, e se destinam à subscrição, por fundadores, investidores em geral e/ou investidores do art. 9° e/ou à conversão das debêntures subscritas pelo FINAM com base no art. 5° e/ou com recursos previstos no art. 9° da Lei nº 8.167/91, assegurando aos seus detentores as seguintes vantagens: a) Prioridade na distribuição do dividendo máximo que for atribuído a qualquer classe de ações; b) Prioridade no reembolso de capital, em caso de dissolução da Sociedade; e c) Participação integral nos resultados da Sociedade, de modo que a nenhuma outra espécie ou classe de ações poderão ser concedidas vantagens patrimoniais superiores, concorrendo em todos os eventos qualificados como de distribuição de resultados, inclusive na capitalização de reservas disponíveis e lucros retidos a qualquer título. Também, as ações preferenciais classe "C" não tem preferência na subscrição de ações quando estas emissões objetivarem a absorção de incentivos fiscais ou a conversão de debêntures, ambos originários da Lei nº 8.167/91, consoante disciplina o art. 172, da Lei nº 6.404/76. O capital social autorizado, conforme AGE - Assembléia Geral Extraordinária realizada em 16 de maio de 2008, é de R$ 600.000, sendo R$ 450.000 em ações ordinárias e R$ 150.000 em ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal. Adicionalmente, esta mesma AGE deliberou e aprovou a emissão de 43.958.715 ações ordinárias nominativas no valor de R$ 115.180. Conforme ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 03.12.2007, foi deliberado a emissão de ações ordinárias e preferenciais classe B a serem subscritas por investidores que pretendiam aplicar os recursos originários de incentivos fiscais da Lei 8.167/91, artigo 9º. Adicionalmente, em 18.01.2008, a União Participações Ltda. subscreveu 398.371 ações ordinárias e 1.050.812 ações preferenciais classe B. Com isso, no decorrer do exercício de 2008 o capital social foi aumentado em 45.407.898 ações. Em 31.12.2008, o capital social, subscrito e integralizado, está representado por R$ 316.323 (R$ 196.489 em 2007) em ações nominativas sendo R$ 307.051 (R$ 190.592 em 2007) em ações ordinárias e R$ 9.272 (R$ 5.897 em 2007) em ações preferenciais. **b)** Adiantamento para futuro aumento de capital: A controladora Aço Cearense Industrial Ltda., durante os exercícios de 2008, 2007 e 2006 fez diversos aportes de recursos totalizando, em 31.12.2008, o montante de R$ 442.398 (R$ 146.473 em 2007) sendo R$ 47.416 (RS 15.600 em 2007) a título de mútuo e R$ 394.982 (R$ 131.838 em 2007) como Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC). No exercício de 2008, foi adiantado a título de AFAC o montante de R$ 202.256, e deste montante R$ 115.181 foram incorporados ao capital social em 2008 (R$ 167.343 em 2007), resultando no saldo de AFAC de R$ 159.874, conforme Nota Explicativa nº 14 b. **c)** Reserva de capital: * Reserva subvenção de investimento: Corresponde aos valores dos incentivos fiscais de redução do imposto de renda, onde a Companhia é beneficiária, atualmente, de redução de 100% do imposto de renda sobre lucros operacionais derivados de suas atividades principais (lucro da exploração). **d)** Reservas de lucros: * Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, e constituída conforme art. 31 do seu estatuto social. * *Reserva de contingência:* É constituída à razão de 25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, conforme artigo 31 do estatuto social, nos termos do art. 195 da Lei nº 6.404/76, até que seu valor acumulado alcance 50% do Patrimônio Líquido. * *Reserva de retenção de lucros:* Em conformidade com o art. 31 do Estatuo social, a Companhia após destinação da Reserva legal, Reserva de contingência e Dividendos, o saldo restante constituirá a Reserva de retenção de lucros (art. 196 da Lei nº 6.404/76) destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital, até que o projeto de investimento receba o CEI - Certificado de Empreendimento Implantado a ser emitido pelo Ministério da Integração Nacional ou órgão que venha a substituí-lo na função de dar continuidade à implantação do projeto aprovado pela extinta SUDAM.

16) Resultado Financeiro Líquido

Despesas Financeiras	2008	2007
- Variação monetária passiva	(4.240)	(3.547)
- Multas	(18)	(90)
- Variação Cambial	(38.494)	(1624)
- Juros Passivos	(12.952)	(2.963)
- Descontos	(210)	(442)
- Despesas Bancárias	(94)	(71)
- Comissões e Corretagens	(101)	-
- Outros	(39)	-
TOTAL	(56.317)	(8.737)
Receitas Financeiras	**2008**	**2007**
- Variação Cambial	18.917	2.680
- Receita s/ Aplicação Financeira	270	567
- Reversão ajuste a valor presente	544	-
- Variação Monetária Ativa	57	-
- Outras	311	149
TOTAL	20.099	3.396
Resultado Financeiro Líquido	(36.218)	(5.341)

17) Instrumentos financeiros - Os valores de mercado dos instrumentos financeiros ativos e passivos, em 31.12.2008, não diferem de forma significativa daqueles registrados nas demonstrações contábeis. Em 2008, a Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. As operações da Companhia estão sujeitas aos seguintes riscos operacionais: * Risco de taxa de câmbio: Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações significativas, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao Iene, que encerrou o exercício de 2008 com a variação positiva (variação negativa em 2007) em relação ao Real de 62,77% (em 2007 de 13%). Os ativos estão atrelados ao dólar norte-americano, que encerrou o exercício de 2008 com a variação positiva (variação negativa em 2007) em relação ao Real de 31,93%% (em 2007 de 17%). A Companhia não adota a estratégia de prevenção e redução dos efeitos da flutuação da taxa de câmbio, tal como a contratação de instrumentos de "*hedge*". A exposição da Companhia em moedas estrangeiras pode ser identificada conforme segue:

Discriminação	2008	2007
a) Financiament e Empréstimo	(51.139)	46.976
b) Contas a Receber em U$ Americano	2.335	5.461
c) (Déficit) Superávit Apurado (a+b) (*)	(48.804)	(41.515)

(*) O (déficit) apresentado ainda poder ser ajustado pelo fato de que os ativos e passivos contratados não estão suscetíveis a mesma moeda (US$ x Iene x Real), estando sujeitos a paridades cambiais entre estas moedas.

* Risco de preço das mercadorias vendidas ou produzidas ou dos insumos adquiridos: Considerando que as exportações representam uma parte significativa da receita da Cia., a eventual volatilidade da taxa de câmbio representa um risco de preço que poderá comprometer os resultados planejados pela Administração. Este risco poderá ser, em grande parte, minimizado pelas variações das contas de empréstimos, conforme demonstrado anteriormente, caso a variação do passivo tenha o mesmo efeito perante a moeda corrente nacional do que o efeito do ativo. * Risco de taxas de juros: Os resultados da Cia. estão suscetíveis de sofrer variações significativas decorrentes das operações de financiamento e empréstimos contratados a taxa de juros flutuantes. A Companhia não se utiliza de instrumentos financeiros derivativos tais como swaps, compra e venda de contratos de opções e contratos de câmbio a termo para proteger ou reduzir os custos financeiros das operações de financiamentos. * Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro): Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamento e debêntures. Em determinadas circunstâncias são efetuadas operações de hedge para evitar oscilações do custo financeiro das operações. * Risco de crédito: Decorre da possibilidade de a Companhia e as suas controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*. **18) Cobertura de seguros** - A Companhia não adota política de contratar cobertura de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade sob responsabilidade e risco de sua Administração. As premissas de riscos adotadas pela Administração, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. **19) Prejuízos fiscais a compensar** - Em 31 de dezembro, a Companhia possuía prejuízos fiscais a compensar sobre os seguintes valores-base: A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, gerados a partir do exercício de 1995, sem prazo de prescrição. A Companhia não reconheceu nas demonstrações financeiras os efeitos do imposto de renda e da contribuição social diferidos sobre os prejuízos fiscais em razão da falta de histórico de lucros tributáveis.

Discriminação	2008	2007
Prejuízo Fiscal Apurado	72.085	14.236
Base Negativa de Contribuição Social	72.849	14.386

Composição do Conselho de Administração: José Vilmar Ferreira – Presidente, Wander Jean Matos Ferreira - Vice-presidente, Rose Marie Matos Ferreira – Conselheira, Maria de Jesus Ferreira Corrêa – Conselheira. Composição da Diretoria **-** José Vilmar Ferreira – Presidente, Francisco Ian de Vasconcelos Corrêa - Vice-presidente, Maria José Ferreira - Diretora Financeira, Rose Aline Matos Ferreira de Freitas Guimarães - Diretora Corporativa. Responsável técnico **-** Elio Pinheiro Furtado – Téc. Cont. 2649/O-2 CRC-PA. **PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES** – Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da Siderúrgica Norte Brasil S/A. Marabá/PA. **1** - Examinamos o balanço patrimonial da Siderúrgica Norte Brasil S.A., levantado em 31 de dezembro de 2008 e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos seus fluxos de caixa, correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborado sob a responsabilidade de sua Administração. **2** - Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: **a)** o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; **b)** a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e **c)** a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **3** - Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Siderúrgica Norte Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2008, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e os seus fluxos de caixa referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **4** - A Companhia não adota a política de contratação de seguros para proteção integral de seus ativos, conforme mencionado na Nota Explicativa nº. 19. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade operacional da Companhia e não incluem quaisquer ajustes que as incertezas decorrentes da inexistência de seguro sobre os seus ativos possam vir a causar. **5** – Anteriormente, auditamos as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, compreendendo o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos daquele exercício, sobre as quais emitimos parecer, datado de 18 de abril de 2008, sem ressalvas, mas com parágrafo de ênfase sobre a ausência de conciliação de parte do saldo de obras em andamento, classificadas no ativo imobilizado, no montante equivalente a R$ 5.998 mil cujo saldo total era de R$ 265.202 mil, não tendo sido possível avaliar a necessidade de ajustes ao referido saldo. Durante o exercício de 2008, a Companhia implantou controles e realizou a conciliação desses saldos, o que possibilitou a resolução da incerteza. Conforme mencionado nas Notas Explicativas nº. 2 e 3, as práticas contábeis adotadas no Brasil foram alteradas a partir de 1º de janeiro de 2008. As demonstrações financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentadas de forma conjunta com as demonstrações financeiras de 2008, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes até 31 de dezembro de 2007 e, como permitido pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, não estão sendo reapresentadas com os ajustes para fins de comparação entre os exercícios. 13 de abril de 2009, exceto pela Nota Explicativa nº. 8 que é datada de 7 de maio de 2009. KPMG Auditores Independentes - CRC 2SP014428/O-6-S-PA. João Alberto da Silva Neto - Contador CRC 1RS-048980/O-0-T-CE-S-PA.